



MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Conselho Nacional de Previdência Social

ATA

8ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - CNPS -

Brasília/DF, 4 de dezembro de 2023

ATA DA 8ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CNPS

DATA: 4 de dezembro de 2023

LOCAL: MPS, Bloco F, 9º andar, Sala 902

PRESENCAS

Representantes do Governo	Representantes dos Trabalhadores em Atividade
MPS – Carlos Roberto Lupi	FS – Odair Antonio Bortoloso
MPS – Wolney Queiroz Maciel	CUT – Ariovaldo de Camargo
SRGPS/MPS – Adroaldo da Cunha Portal	CONTAG – Edjane Rodrigues Silva
INSS – Alessandro Antônio Stefanutto	CTB – Rolando Medeiros
INSS – Andre Paulo Felix Fidelis	
CONJUR/MPS – Felipe Cavalcante e Silva	
SRPC/MPS – Paulo Roberto dos Santos Pinto	
SRGPS/MPS – Benedito Adalberto Brunca	

Representantes dos Aposentados e Pensionistas	Representantes dos Empregadores
SINTAPI/CUT – Gerson Maia de Carvalho	CNI – Wilson Brueckheimer Junior
CSB – Bartolomeu Evangelista de França	CNF – Rafael Baldi da Silva
COBAP – Obede Muniz Teodoro	CNC – Helio Queiroz da Silva
SINDNAPI/FS – Tonia Andrea Inocentini Galleti	CNM – Antonio Mário Rattes de Oliveira
	CNT – Marcia Gonçalves de Almeida

Palestrante/Convidado
CNF – Alex Sander Gonçalves
MPS – Alexandre Zioli Fernandes

Ouvintes/Convidados	
DATAPREV – Ubiramar Mendonça	CGLEN/DRGPS – Luajana Rios M. B. Souza
ABBC – Ricardo Andreassa	ASCOM/MPS – Talita Lorena
MPS - Eduardo da Silva Pereira	GAB/MPS – Bruno Ribeiro
COBAP – Livia Rospantini	GAB/MPS – Thiago Veras
SINDNAPI – Maria Antonia	ASCOM/MPS – Liliana Soares
ANEPS – Ronielem S. Pinho	Rede Globo – Íris de Oliveira

1 **I – ABERTURA**

2 Presidindo a mesa, o **Presidente Sr. Carlos Lupi** abriu a 8ª Reunião Extraordinária do Conselho Nacional de Previdência
3 Social (CNPS), agradecendo a presença de todos(as).

4

5 **II – ORDEM DO DIA**

6 O **Sr. Presidente** propôs inversão de pauta, iniciando a reunião pelo segundo item: Lançamento do Boletim Estatístico
7 Mensal de Benefícios por Incapacidade, para, posteriormente, tratar do crédito consignado. Salientou que o setor que
8 tratava das pessoas com deficiência necessitava de uma atenção muito especial da Previdência Social e que estavam
9 trabalhando muito para que 2024 fosse o ano da humanização. Instando o segundo item de pauta, o **Sr. Alexandre Zioli**
10 agradeceu a oportunidade para lançamento dessa nova publicação, que seria mais uma fonte de consulta dos números da
11 Previdência Social oferecida à sociedade. Seriam publicados dados mensais pela Secretaria do Regime Geral de Previdência
12 Social do Ministério da Previdência Social (SRGPS/MPS), focados no grupo específico com Benefício por Incapacidade e
13 com Aposentadorias Especiais, com o objetivo de acompanhar periodicamente a evolução dos benefícios por incapacidade
14 que são administrados pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), fornecer informações gerais que auxiliem o desenho
15 de políticas previdenciárias voltadas à incapacidade laboral, prestar informações à sociedade e servir de base para a
16 elaboração de estudos e pesquisas. Explicou que o benefício por incapacidade seria aquele associado à substituição ou à
17 complementação da renda do trabalho dos segurados, quando há a ocorrência de agravos à saúde que comprometem a
18 continuidade nas atividades laborais de forma temporária ou permanente, cuja manutenção e pagamento mensal estavam
19 sob responsabilidade do INSS. Demonstrou o conjunto de benefícios que seriam cobertos pelo Boletim, sendo eles:
20 Aposentadorias por Incapacidade Permanente Previdenciária ou Acidentária; Aposentadoria Especial; Auxílios por
21 Incapacidade Temporária Previdenciária ou Acidentária; Auxílios por Acidente Previdenciário ou Acidentário; e Auxílio
22 Acidentário Suplementar. Explicou que o Boletim fora organizado por meio de 19 tabelas e 11 gráficos estruturados,
23 inicialmente, nas seções de concessão e de emissões com as informações da espécie do benefício qualificadas por sexo,
24 clientela, faixa etária, unidade da federação, forma de concessão e faixa de renda. Demonstrou a estrutura do Boletim,
25 destacando que havia a intenção de expandir esse boletim futuramente ,para inclusão de novos recortes. Informou que
26 as fontes de dados seriam basicamente o SinteseWeb e o Suíbe/INSS e que a Coordenação-Geral de Monitoramento de
27 Benefício por Incapacidade teria a competência de organizar todos os dados. Demonstrou exemplos de tabelas e dos
28 gastos que compõem o Boletim Estatístico Mensal de Benefícios por Incapacidade. Questionado qual seria o impacto do
29 Atestmed no benefício por incapacidade, o **Sr. Adroaldo Portal** respondeu que o impacto era grande, uma vez que a
30 concessão do benefício por incapacidade tem se dado no mesmo mês de solicitação, a partir de agosto de 2023. O **Sr.**
31 **Presidente** registrou que a aceitação do Atestmed fora uma das medidas mais exitosas e o **Sr. Adroaldo Portal** comentou
32 que foram analisados 199.955 pedidos de benefícios por incapacidade por meio do Atestmed no mês de novembro de
33 2023. Desses, 150 mil resultaram em concessão. O **Sr. Alessandro Stefanutto** explicou que também havia uma tendência
34 de economia devido à diminuição da possibilidade de fraude e o **Sr. Gerson Maia** informou sobre o processo realizado
35 para solicitação de Auxílio por Incapacidade Temporária para uma segurada, para a qual já fora aprovado o benefício e

36 solicitou esclarecimentos sobre a prorrogação do benefício, quando realizado por meio do Atestmed. Em resposta, o **Sr.**
37 **Adroaldo Portal** esclareceu que o Atestmed tinha um prazo alongado de seis meses, podendo haver prorrogações até esse
38 limite de tempo. O **Sr. Hélio Queiroz** recordou que haviam sugerido que fosse implantado leitor de telas para facilitar o
39 entendimento e a identificação facial e o **Sr. Presidente** informou que o Ministério da Saúde estava lançando, neste dia, o
40 sistema via *WhatsApp* para marcação de consulta, sistema esse que já havia sugerido para o INSS. O **Sr. Alessandro**
41 **Stefanutto** explicou que essas sugestões seriam implementadas no momento em que a Plataforma “Gov.br” não fosse
42 uma dificuldade para as pessoas humildes. Retomada a apresentação, o **Sr. Alexandre Zioli** demonstrou, além das tabelas,
43 gráficos com o comportamento das séries estatísticas e ressaltou o número de concessões judiciais para a aposentadoria
44 especial. Finalizada, abriu-se o momento para manifestações. A **Sra. Edjane Silva** parabenizou pela apresentação e
45 observou que havia um recorte para os trabalhadores rurais no Boletim. O **Sr. Alexandre Zioli** afirmou que havia esse
46 recorte nas concessões e o **Sr. Gerson Maia** questionou qual o motivo de não ter sido incluída a aposentadoria especial
47 para pessoas com deficiência. Em resposta, o **Sr. Alexandre Zioli** esclareceu que a aposentadoria especial fora incluída por
48 se tratar de uma responsabilidade do Departamento de Política de Saúde e Segurança Ocupacional o seu
49 acompanhamento, todavia, afirmou que a aposentadoria especial para pessoas com deficiência seria incluída
50 posteriormente. O **Sr. Bartolomeu França** solicitou mais esclarecimentos sobre as aposentadorias por incapacidade
51 permanente acidentária, tendo em vista a existência de trabalhadores informais incapacitados. O **Sr. Alexandre Zioli**
52 observou que a falta de carteira assinada era um erro grave e explanou que apenas a pessoa segurada possuía o direito
53 ao benefício. Esclareceu que o não segurado seria aquele que não realizava o recolhimento por conta própria e nem por
54 parte do empregador, o que não significava que o benefício fosse reconhecido posteriormente com a comprovação do
55 dever de registro por parte do empregador por via judicial. Finalizadas os questionamentos, o **Sr. Presidente** solicitou que
56 fosse incluída na pauta proposta de calendário para as reuniões ordinárias do CNPS em 2024. Acatada a solicitação,
57 submeteu-a à apreciação dos(as) conselheiros(as): 11/01 – 301ª Reunião Ordinária, 14h30 às 18h; 29/02 – 302ª Reunião
58 Ordinária, 14h30 às 18h; 22/03 – 303ª Reunião Ordinária, 14h30 às 18h; 26/04 – 304ª Reunião Ordinária, 14h30 às 18h;
59 27/05 – 305ª Reunião Ordinária, 14h30 às 18h; 27/06 – 306ª Reunião Ordinária, 14h30 às 18h; 25/07 – 307ª Reunião
60 Ordinária, 14h30 às 18h; 29/08 – 308ª Reunião Ordinária, 14h30 às 18h; 26/09 – 309ª Reunião Ordinária, 14h30 às 18h;
61 31/10 – 310ª Reunião Ordinária, 14h30 às 18h; 18/11 – 311ª Reunião Ordinária, 14h30 às 18h; e 12/12 – 312ª Reunião
62 Ordinária, 14h30 às 18h. Explicou que estavam propondo a realização de reunião em janeiro de 2024 para que não fosse
63 realizada uma segunda reunião em dezembro de 2023 e devido à realização de reunião do Comitê de Política Monetária
64 (COPOM). O **Sr. Benedito Adalberto Brunca** observou que a padrão era realizar as reuniões do CNPS na última quinta-feira
65 do mês, mas foram propostos outros dias, diante da existência de feriados nessas datas. O **Sr. Rolando Medeiros** ponderou
66 que a definição de reunião para janeiro de 2024 contemplava a não realização de reunião ordinária no mês de dezembro
67 de 2023 e indagou se haveria a possibilidade de o MPS apresentar propostas e metas para 2024. Em resposta, o **Sr.**
68 **Presidente** afirmou que era pertinente a indagação e solicitou que fosse preparado o documento para envio a todos(as)
69 conselheiros(as) com antecedência. Ressaltou que o CNPS começaria a se reunir para debater sobre a Reforma da
70 Previdência em 2024. Não havendo mais comentários, a proposta de calendário para reuniões ordinárias do CNPS em 2024

71 fora aprovada à unanimidade. Instando o primeiro item de pauta: Crédito Consignado, o **Sr. Presidente** resgatou os
72 encaminhamentos definidos referente ao tema na última reunião do CNPS, destacando que o assunto fora debatido na
73 reunião do GT sobre Cartões de Crédito e Cartões de Benefícios no período da manhã desse dia. De posse da palavra, o **Sr.**
74 **Alex Sander Gonçalves** demonstrou tabelas de 2022 e 2023, referentes à alteração no mix de modalidade de operações
75 para efeitos de comparação da queda das operações de margem livre, salientando que em outubro de 2022 a margem
76 livre era responsável por 51% das operações e, nesse mesmo período em 2023, por 29%. Demonstrou, também, gráfico
77 referente à queda da carteira ativa previdenciária e gráfico referente à quantidade de operações ativas do Benefício de
78 Prestação Continuada (BPC/LOAS). Reafirmou a inadequação da utilização da SELIC como custo de captação para o
79 consignado do INSS, assim como da redução do teto proporcionalmente a sua queda e informou que Federação Brasileira
80 de Bancos (FEBRABAN)/Associação Brasileira de Bancos Comerciais (ABBC) estavam propondo a manutenção do teto atual
81 e, a partir da primeira reunião do COPOM de janeiro 2024, a adoção da metodologia com base na variação do DI 2 anos.
82 Por fim, explicou como seria essa metodologia. Complementando, o **Sr. Rafael Baldi** destacou que essa proposta estava
83 consensuada entre os associados da FEBRABAN e da ABBC e informou que consultaram o presidente da FEBRABAN sobre
84 a possibilidade de diminuição do teto em 0,04%, conforme discussão realizada no GT, o qual afirmou que havia a
85 possibilidade de convergir nessa proposta, desde que a metodologia fosse implementada a partir da reunião do COPOM
86 de janeiro de 2024. Concedida a palavra, o **Sr. Benedito Adalberto Brunca** apresentou um breve resumo da exposição
87 realizada pelo Banco Central do Brasil (BACEN) na reunião do GT. Demonstrou gráficos referentes ao mercado de crédito
88 para pessoa física, no qual se podia perceber que esse mercado, em 2023, estava em desaceleração, em comparação a
89 2022, em função da elevação do risco de crédito e que o menor ativo problemático era o consignado INSS. Exibiu gráficos
90 específicos de cada ativo do mercado de crédito para pessoa física e gráfico referente ao saldo, demonstrando que a
91 desaceleração da taxa de crescimento ocorreu para os consignados público, privado e INSS, com maior intensidade no
92 consignado INSS, e que o consignado INSS tinha R\$ 237 bilhões de saldo. Apresentou gráficos com dados da concessão
93 referente ao mês de setembro de 2023, observando que havia uma aceleração em decorrência do empréstimo para o
94 BPC/LOAS e uma estabilidade na oferta de crédito por faixa etária. Com a palavra, a **Sra. Tonia Galleti** destacou a
95 importância dessa informação, uma vez que nos últimos debates tem-se alegado que a diminuição dos juros implicaria na
96 diminuição da oferta para pessoas acima de 70 anos, o que era realidade desde 2020. Destacou, também, a informação
97 de que o menor risco do mercado era o consignado INSS e de que a inadimplência estava diminuindo. O **Sr. Benedito**
98 **Adalberto Brunca** explanou que os dados da inadimplência estavam representados nos próximos gráficos, a qual chegou
99 a 1,8%. Registrou que o consignado INSS tinha a menor inadimplência comparada com o consignado público e que todas
100 as faixas etárias tiveram redução significativa e estavam abaixo de 3% de inadimplência. Exibiu gráficos com dados do
101 prazo médio e portabilidade, destacando que o prazo médio para o consignado INSS estava em 78 meses e a portabilidade
102 estava em um patamar bastante elevado em 2023; e gráfico com dados da taxa de juros, demonstrando que a taxa média
103 do consignado INSS estava em 1,84% e era a mais baixa entre as demais modalidades; e estava se aproximando ao teto e
104 o nível *spread* em relação ao teto se encontrava em patamares baixos em relação ao histórico. Por fim, apresentou tabela
105 com a taxa média cobrada na primeira semana de novembro de 2023, por IF, em que se percebeu que havia muitas IFs

atuando com taxa média acima de 1,80%. Observou que o dado administrativo recebido pela DATAPREV a cada contrato realizado por IF era conferido com o teto estabelecido e que as informações prestadas para o BACEN eram agrupadas pela taxa média do dia, por modalidade de crédito, o que trazia a necessidade de relativizar esses dados. Concedida a palavra, o **Sr. Hélio Queiroz** informou que a sua proposta não discutia retroatividade de taxas e que o cálculo considerasse a capitalização mensal da SELIC. O **Sr. Presidente** registrou que examinou a proposta, considerando os argumentos realizados de que não estavam considerando a variação de um ano com utilização da aplicação direta da SELIC e o **Sr. Paulo Roberto Pinto** explicou que a ideia seria isolar o impacto da SELIC na formação do preço e aplicar a sua variação mensal, tendo em vista que não possuíam informações precisas de qual era o custo das IFs. O **Sr. Hélio Queiroz** observou que fora proposto que a utilização da métrica do DI 2 anos na apresentação da FEBRABAN/ABBC e o **Sr. Rafael Baldi** explanou que estavam tentando trazer para o debate a redução do teto de taxa, analisando a variável de custo de captação, no qual a SELIC não fazia parte e sim o DI 2 anos. O **Sr. Alex Sander Gonçalves** informou que estavam concordando com a queda de 0,04%, partindo do pressuposto que a SELIC cairia mais 0,5% na reunião do COPOM de dezembro de 2023 e que estavam propondo que o CNPS avaliasse a utilização da variação DI 2 anos como metodologia a partir de 2024, por estar diretamente relacionado ao custo de captação das IFs. De posse da palavra, o **Sr. Presidente** ponderou que não utilizar a SELIC significava que as últimas variações do teto de taxa eram inválidas e explicou que estava propondo que fosse encontrada uma metodologia que evitasse esse debate desgastante, mas que fosse o mesmo já utilizado anteriormente. O **Sr. Alex Sander Gonçalves** afirmou que o Sistema Financeiro nunca concordou com a utilização da SELIC como parâmetro, todavia, explicou que estavam pleiteando que o cálculo fosse realizado considerando a capitalização mensal. O **Sr. Rafael Baldi** ressaltou que concordavam com a revisão periódica do consignado INSS, estabelecendo a reunião do COPOM como marco para essa revisão, mas utilizando a DI 2 anos. A **Sra. Tonia Galletti** pontuou que não caberia adotar as reuniões do COPOM caso fosse adotada a DI 2 anos como métrica e o **Sr. Rafael Baldi** explanou que poderia estabelecer um período, inclusive, até mensal. De posse da palavra novamente, a **Sra. Tonia Galletti** destacou a importância de também discutir um teto mínimo. O **Sr. Felipe Cavalcante** observou que havia três pontos a serem considerados nas discussões: o primeiro a fórmula do cálculo capitalizado, o segundo a base de cálculo e o terceiro a utilização da SELIC ou DI 2 anos como referencial. O **Sr. Ariovaldo de Camargo** ponderou que a discussão não estava madura suficiente para encontrar um indexador para o processo, o que geraria a necessidade de novamente de definir a taxa em algumas reuniões e inferiu que seria necessário definir se seria criada uma regra para definição de um indexador para o teto da taxa e, caso não fosse, defendeu que o governo mantivesse a sua proposta de diminuição de 0,7%. O **Sr. Gerson Maia** ponderou que ainda não havia segurança para determinar o parâmetro e registrou que concordava com a redução para 1,80%, mas com a condição de voltarem a discutir esse tema em janeiro de 2024. O **Sr. Paulo Roberto Pinto** informou que o mercado era regulado pelo DI, que na prática era igual a SELIC, e observou que a utilização da SELIC no formato proposto pelo Sr. Hélio Queiroz daria maior segurança para este Conselho. O **Sr. Presidente** comentou que o CNPS teve vários momentos de discussão e alegou que não poderiam fazer a análise da conveniência. Sugeriu que fosse adotada a proposta de capitalização mensal da SELIC, passando o teto da taxa do consignado INSS de 1,84% para 1,8% e, dos cartões, de 2,76% para 2,67%, e defendeu que fosse utilizada essa proporcionalidade da SELIC nas próximas variações,

141 após as reuniões do COPOM. Submeteu a sugestão à aprovação dos(as) conselheiros(as), a qual fora aprovada com os
142 votos favoráveis da COBAP, FS, CUT, SINTAPI/CUT, CONTAG, SINDNAPI/FS, SRGPS/MPS, MPS, INSS, SRPC/MPS,
143 CONJUR/MPS, CNC, CNT e MPS e voto contrário da CNF.

144

145 **III – ENCERRAMENTO**

146 Finalizados os itens da pauta e nada mais havendo a tratar, o **Sr. Presidente** deu por encerrada a 8ª Reunião Extraordinária
147 do Conselho Nacional de Previdência Social – CNPS, desejando um Feliz Natal e Ano Novo. E, para que tudo fique
148 devidamente documentado, lavrada a presente Ata que, após lida e achada conforme, será aprovada pelo Colegiado.